

## TERMO DE REFERÊNCIA

### SUMÁRIO

<b>I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO</b>	<b>3</b>
1. Do objeto	3
2. Valor estimado	10
3. Prazo de vigência e instrumento contratual	10
<b>II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>10</b>
4. Do Estudo Técnico Preliminar e fundamentação da contratação	10
5. Da descrição da solução	10
<b>III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO</b>	<b>11</b>
6. Do Estudo Técnico Preliminar	11
<b>IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>12</b>
7. Da Sustentabilidade	12
8. Da exclusividade de participação de ME e EPP	13
9. Da participação de consórcios	14
10. Da participação de cooperativas	14
11. Da subcontratação	14
12. Garantia de contratação	14
<b>V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO</b>	<b>14</b>
13. Condições de entrega	14
14. Garantia, manutenção e assistência técnica	15
<b>VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO</b>	<b>16</b>
15. O modelo de gestão do contrato está detalhado na MINUTA DE CONTRATO ou, quando a formalização do contrato se der por instrumento equivalente (dispensa de contrato, no APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO.	16
<b>VII. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO</b>	<b>16</b>
16. Forma de seleção	16
17. Justificativa de não parcelamento e aglutinação do objeto	16
<b>VIII. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA</b>	<b>18</b>
18. Requisitos de Qualidade, Conformidade Técnica e Documentação do Produto	18
<b>IX. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO</b>	<b>19</b>
19. Habilitação jurídica	19
20. Habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária	21
21. Qualificação Econômico-Financeira	22
<b>X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>24</b>

<b>XI. APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO</b>	<b>25</b>
1. Da formalização da contratação	25
2. Vigência e Prorrogação	25
3. Do Reajuste Contratual	25
4. Subcontratação	27
5. Obrigações das partes	27
6. Garantia de contratação	30
7. Critérios de medição e pagamento	32
8. Da cessão de crédito	36
9. Do modelo de gestão do contrato	37
10. Da Fiscalização	37
11. Fiscalização Técnica	38
12. Fiscalização Administrativa	38
13. Gestão contratual	38
14. Da Cláusula Anticorrupção	39
15. Obrigações pertinentes à LGPD	40
16. Das infrações e sanções administrativas	40
17. Casos Omissos	48
18. Foro	48
<b>XII. APÊNDICE II – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA</b>	<b>49</b>

## FUNDAÇÃO UBERLANDENSE DO TURISMO, ESPORTE E LAZER - FUTEL

### I.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

#### 1. Do objeto

1.1. Futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos, destinados à manutenção, reparos e adequações das instalações hidráulicas, bem como à recomposição de estoque para atendimento das necessidades operacionais das unidades vinculadas à FUTEL, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1 - MATERIAL HIDRÁULICO PARA ÁGUA FRIA - DESTINADO À AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QDE	VR UNITÁRIO	VR TOTAL
1	TE SOLDÁVEL ÁGUA 20mm (MARROM)	UN	50	R\$ 1,16	R\$ 58,00
2	TE SOLDÁVEL ÁGUA 25mm (MARROM)	UN	200	R\$ 2,15	R\$ 430,00
3	TE SOLDÁVEL ÁGUA 50mm (MARROM)	UN	100	R\$ 6,59	R\$ 659,00
4	TE SOLDÁVEL ÁGUA 75mm (MARROM)	UN	10	R\$ 68,82	R\$ 688,20
5	TE SOLDÁVEL ÁGUA 85mm (MARROM)	UN	10	R\$ 84,26	R\$ 842,60
6	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 20mm x 1/2" (MARROM)	UN	50	R\$ 0,93	R\$ 46,50
7	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 25mm x 3/4" (MARROM)	UN	200	R\$ 1,40	R\$ 280,00
8	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 60mm x 2" (MARROM)	UN	50	R\$ 5,60	R\$ 280,00
9	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 75mm x 2. 1/2" (MARROM)	UN	50	R\$ 22,39	R\$ 1.119,50
10	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 50mm x 1.1/2" (MARROM)	UN	100	R\$ 5,27	R\$ 527,00

11	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 85mm x 3" (MARROM)	UN	30	R\$ 36,70	R\$ 1.101,00
12	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 110mm x 4" (MARROM)	UN	30	R\$ 70,00	R\$ 2.100,00
13	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 20mm x 25mm (MARROM)	UN	50	R\$ 1,40	R\$ 70,00
14	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 25mm x 32mm (MARROM)	UN	50	R\$ 1,66	R\$ 83,00
15	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 110mm x 85mm (MARROM)	UN	30	R\$ 83,44	R\$ 2.503,20
16	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 60mm x 75mm (MARROM)	UN	50	R\$ 15,70	R\$ 785,00
17	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 32mm x 50mm (MARROM)	UN	100	R\$ 3,50	R\$ 350,00
18	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 60mm x 50mm (MARROM)	UN	50	R\$ 8,05	R\$ 402,50
19	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 50mm x 25mm (MARROM)	UN	50	R\$ 2,43	R\$ 121,50
20	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 40mm x 25mm (MARROM)	UN	50	R\$ 5,08	R\$ 254,00
21	LUVA SOLDÁVEL MARROM 20mm	UN	50	R\$ 1,36	R\$ 68,00
22	LUVA SOLDÁVEL MARROM 25mm	UN	200	R\$ 1,08	R\$ 216,00
23	LUVA SOLDÁVEL MARROM 32mm	UN	100	R\$ 1,58	R\$ 158,00
24	LUVA SOLDÁVEL MARROM 40mm	UN	50	R\$ 3,45	R\$ 172,50
25	LUVA SOLDÁVEL MARROM 50mm	UN	100	R\$ 6,19	R\$ 619,00

26	LUVA SOLDÁVEL MARROM 60mm	UN	50	R\$ 7,11	R\$ 355,50
27	LUVA SOLDÁVEL MARROM 75mm	UN	30	R\$ 11,26	R\$ 337,80
28	LUVA SOLDÁVEL MARROM 85mm	UN	30	R\$ 16,12	R\$ 483,60
29	LUVA SOLDÁVEL MARROM 110mm	UN	10	R\$ 36,47	R\$ 364,70
30	LUVA DE CORRER COM ANEL 25mm (MARROM)	UN	200	R\$ 9,48	R\$ 1.896,00
31	LUVA DE CORRER COM ANEL 32mm (MARROM)	UN	50	R\$ 12,01	R\$ 600,50
32	LUVA DE CORRER COM ANEL 50mm (MARROM)	UN	200	R\$ 16,99	R\$ 3.398,00
33	JOELHO SOLDÁVEL 90° - 20mm (MARROM)	UN	50	R\$ 0,58	R\$ 29,00
34	JOELHO SOLDÁVEL 90° - 25mm (MARROM)	UN	200	R\$ 0,97	R\$ 194,00
35	JOELHO SOLDÁVEL 90° - 32mm (MARROM)	UN	50	R\$ 3,18	R\$ 159,00
36	JOELHO SOLDÁVEL 90° - 50mm (MARROM)	UN	100	R\$ 7,10	R\$ 710,00
37	JOELHO SOLDÁVEL 90° - 60mm (MARROM)	UN	50	R\$ 24,91	R\$ 1.245,50
38	JOELHO SOLDÁVEL 90° - 75mm (MARROM)	UN	50	R\$ 69,81	R\$ 3.490,50
39	JOELHO SOLDÁVEL 45° - 20mm (MARROM)	UN	50	R\$ 1,53	R\$ 76,50
40	JOELHO SOLDÁVEL 45° - 25mm (MARROM)	UN	200	R\$ 2,24	R\$ 448,00
41	JOELHO SOLDÁVEL 45° - 32mm (MARROM)	UN	50	R\$ 4,52	R\$ 226,00
42	JOELHO SOLDÁVEL 45° - 50mm (MARROM)	UN	100	R\$ 8,86	R\$ 886,00
43	JOELHO SOLDÁVEL 45° - 60mm (MARROM)	UN	50	R\$ 29,58	R\$ 1.479,00
44	JOELHO SOLDÁVEL 45° - 75mm (MARROM)	UN	50	R\$ 63,13	R\$ 3.156,50

45	CURVA LONGA SOLDÁVEL 90 GRAUS - 25mm (MARROM)	UN	100	R\$ 4,72	R\$ 472,00
46	CURVA LONGA SOLDÁVEL 90 GRAUS - 50mm (MARROM)	UN	50	R\$ 23,69	R\$ 1.184,50
47	NIPLE DE PVC ROSCÁVEL 1/2"	UN	100	R\$ 1,93	R\$ 193,00
48	NIPLE DE PVC ROSCÁVEL 3/4"	UN	100	R\$ 2,70	R\$ 270,00
49	NIPLE DE PVC ROSCÁVEL 1"	UN	50	R\$ 2,68	R\$ 134,00
50	NIPLE DE PVC ROSCÁVEL 1.1/2"	UN	50	R\$ 11,27	R\$ 563,50
51	ADAPTADOR FLANGE 20mm x 1/2" marrom	UN	100	R\$ 5,46	R\$ 546,00
52	ADAPTADOR FLANGE 25mm x 3/4" marrom	UN	50	R\$ 13,77	R\$ 688,50
53	ADAPTADOR FLANGE 32mm x 1" marrom	UN	50	R\$ 18,24	R\$ 912,00
54	ADAPTADOR FLANGE 40mm x 1.1/4" marrom	UN	50	R\$ 21,59	R\$ 1.079,50
55	ADAPTADOR FLANGE 50mm x 1.1/2" marrom	UN	50	R\$ 25,65	R\$ 1.282,50
56	TE SOLDÁVEL 50mm x 25mm marrom	UN	50	R\$ 13,18	R\$ 659,00
57	TUBO PVC MARROM 20mm	BR	50	R\$ 26,85	R\$ 1.342,50
58	TUBO PVC MARROM 25mm	BR	200	R\$ 27,64	R\$ 5.528,00
59	TUBO PVC MARROM 32mm	BR	50	R\$ 47,85	R\$ 2.392,50
60	TUBO PVC MARROM 40mm	BR	10	R\$ 48,50	R\$ 485,00
61	TUBO PVC MARROM 50mm	BR	100	R\$ 66,60	R\$ 6.660,00
62	TUBO PVC MARROM 60mm	BR	10	R\$ 144,58	R\$ 1.445,80

63	TUBO PVC MARROM 75mm	BR	10	R\$ 277,28	R\$ 2.772,80
64	TUBO PVC MARROM 85mm	BR	10	R\$ 280,99	R\$ 2.809,90
65	TUBO PVC MARROM 110mm	BR	5	R\$ 320,37	R\$ 1.601,85
66	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 20mm	UN	50	R\$ 12,03	R\$ 601,50
67	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 25mm	UN	50	R\$ 14,59	R\$ 729,50
68	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 32mm	UN	50	R\$ 23,61	R\$ 1.180,50
69	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 50mm	UN	50	R\$ 31,44	R\$ 1.572,00
70	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 75mm	UN	50	R\$ 102,85	R\$ 5.142,50
71	LUVA LR 50mm x1.1/2" MARROM	UN	50	R\$ 19,70	R\$ 985,00
72	LUVA DE UNIÃO SOLDÁVEL MARROM 25mm	UN	50	R\$ 1,51	R\$ 75,50
73	LUVA DE UNIÃO SOLDÁVEL MARROM 50mm	UN	50	R\$ 30,12	R\$ 1.506,00
74	LUVA DE UNIÃO SOLDÁVEL MARROM 75mm	UN	50	R\$ 37,25	R\$ 1.862,50
75	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 3/4" - 1/2"	UN	100	R\$ 5,06	R\$ 506,00
76	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 1" - 3/4"	UN	100	R\$ 6,62	R\$ 662,00
77	LUVA LR 25mm x 3/4" - AZUL COM LATÃO	UN	100	R\$ 7,09	R\$ 709,00
78	LUVA LR 25mm x1/2" - AZUL COM LATÃO	UN	100	R\$ 6,29	R\$ 629,00
79	JOELHO/COTOVELO 25mm x 3/4" - AZUL COM LATÃO	UN	100	R\$ 10,18	R\$ 1.018,00
80	JOELHO/COTOVELO 25mm x 1/2" - AZUL COM LATÃO	UN	100	R\$ 16,64	R\$ 1.664,00
81	TE 25mm x 3/4" - AZUL COM LATÃO	UN	50	R\$ 11,42	R\$ 571,00

82	TE 25mm x 1/2" - AZUL COM LATÃO	UN	50	R\$ 11,23	R\$ 561,50
83	TE 50mm x 1" ROSCÁVEL IRRIGAÇÃO AZUL	UN	50	R\$ 17,35	R\$ 867,50
84	IRRIGADOR ASPERSOR SETORIAL 1"	UN	100	R\$ 43,07	R\$ 4.307,00
85	TUBO PVC 26mm ROSCÁVEL 3/4" BRANCO	BR	20	R\$ 54,71	R\$ 1.094,20
86	TUBO PVC 21mm ROSCÁVEL 1/2" BRANCO	BR	10	R\$ 54,58	R\$ 545,80
87	TUBO PVC 33mm ROSCÁVEL 1" BRANCO	BR	30	R\$ 49,21	R\$ 1.476,30
<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 1</b>					<b>R\$ 94.759,75</b>
O licitante deverá obrigatoriamente ofertar produtos de uma única marca/fabricante para todos os itens do lote 1, de modo a garantir a compatibilidade dimensional, a adequada vedação e o perfeito acoplamento entre os componentes do sistema hidráulico, nos termos do parecer técnico anexo aos autos.					
<b>LOTE 2 - MATERIAL HIDRÁULICO PARA ESGOTO - LOTE EXCLUSIVO PARA ME E EPP</b>					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QDE	VR UNITÁRIO	VR TOTAL
88	TUBO PVC BRANCO ESGOTO 100mm	BR	20	R\$ 60,73	R\$ 1.214,60
89	TUBO PVC BRANCO ESGOTO 150mm	BR	5	R\$ 152,35	R\$ 761,75
90	TAMPÃO CAP BRANCO ESGOTO 100mm	UN	10	R\$ 7,28	R\$ 72,80
91	JOELHO 90° SOLDÁVEL - 40mm ESGOTO	UN	50	R\$ 6,20	R\$ 310,00
92	JOELHO 45° SOLDÁVEL - 40mm ESGOTO	UN	50	R\$ 7,16	R\$ 358,00
<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 2</b>					<b>R\$ 2.717,15</b>



O licitante deverá obrigatoriamente ofertar produtos de uma única marca/fabricante para todos os itens do lote 2, de modo a garantir a compatibilidade dimensional, a adequada vedação e o perfeito acoplamento entre os componentes do sistema hidráulico, nos termos do parecer técnico anexo aos autos.

**LOTE 3 - MATERIAIS AUXILIARES - LOTE EXCLUSIVO PARA ME E EPP**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QDE	VR UNITÁRIO	VR TOTAL
93	ADESIVO PLÁSTICO (COLA) PARA PVC EM FRASCO DE 75G.	UN	100	R\$ 7,53	R\$ 753,00
94	ADESIVO PLÁSTICO (COLA) PARA PVC EM FRASCO DE 175G.	UN	100	R\$ 12,38	R\$ 1.238,00
95	ENGATE FLEXÍVEL 1/2" 50cm (PACOTE COM 10 UNIDADES)	UN	200	R\$ 11,91	R\$ 2.382,00
<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 3</b>					<b>R\$ 4.373,00</b>
<b>VALOR ESTIMADO TOTAL</b>					<b>R\$ 101.849,90</b>

**Obs:** Conforme indicado no Edital, a especificação técnica dos itens no arquivo PDF baixado juntamente com o arquivo do Edital no Comprasnet (RELAÇÃO DE ITENS) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição no Termo de Referência, prevalecerá a que consta do TR.

**1.2. A entrega do objeto será realizada de forma parcelada, conforme as demandas da FUTEL. O licitante deverá considerar e absorver integralmente, em sua proposta, todos os custos decorrentes do transporte parcelado, inclusive frete, carregamento, descarregamento, seguros e demais despesas necessárias, ficando o transporte sob total responsabilidade da Contratada, que deverá utilizar meios adequados para garantir a integridade dos equipamentos e cumprir os prazos de entrega estabelecidos.**

**1.3. Nenhum objeto desta contratação se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.**

**1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, posto que se enquadram aos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.**

## **2. Valor estimado**

2.1. Os preços foram formados conforme Relatório de Pesquisa de Preços que instrui a presente demanda, **elaborado nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 20.154/2023 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, com base em contratações similares da Administração Pública obtidas por meio do Sistema Banco de Preços, adotando-se a metodologia da média dos valores válidos, conforme detalhado no referido relatório.**

2.1.1. A data de **consolidação do orçamento é: 06/04/2026**

2.2. O custo estimado global da contratação é de **R\$101.849,90 (cento e um mil, oitocentos e quarenta e nove reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## **3. Prazo de vigência e instrumento contratual**

3.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da assinatura**, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura do último signatário necessário na forma do art. 82 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2.1. Os preços registrados na ata poderão ser reajustados, da mesma forma e critérios estabelecidos para o reajuste previstos no contrato.

3.2.2. A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas durante sua vigência.

## **II.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **4. Do Estudo Técnico Preliminar e fundamentação da contratação**

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que será publicado ao final do processo.

### **5. Da descrição da solução**

5.1. A presente contratação encontra-se parcialmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer – FUTEL, elaborado nos termos dos arts. 7º e 9º, caput e inciso IX, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, uma vez que os itens a serem adquiridos constam do referido Plano, devidamente publicado no Portal da FUTEL:

<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/futel/plano-de-contratacao-anual/>.

5.2. Todavia, os quantitativos inicialmente previstos mostraram-se insuficientes frente à demanda real verificada no decorrer da execução das atividades, uma vez que o planejamento inicial considerou predominantemente ações de manutenção preventiva, não sendo possível dimensionar com precisão as intervenções corretivas, reparos emergenciais e substituições decorrentes do desgaste natural das instalações hidráulicas. Verificou-se, ainda, a necessidade de inclusão de itens não previstos inicialmente, bem como a atualização de códigos e especificações, em razão de alterações no catálogo oficial de materiais e das demandas supervenientes identificadas nas unidades atendidas.

5.3. Nesse contexto, a solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com julgamento pelo menor preço por lote, visando à futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos destinados à manutenção preventiva e corretiva das instalações, bem como à recomposição e manutenção de estoque do almoxarifado, garantindo o pronto atendimento das demandas das diversas unidades da FUTEL.

5.4. Os itens serão organizados em lotes, considerando a interdependência técnica entre os materiais, especialmente no caso de tubos e conexões hidráulicas. Para esses itens, será exigido o fornecimento de produtos de uma mesma marca/fabricante dentro de cada lote, medida que se justifica por razões técnicas e operacionais, tendo em vista que variações dimensionais entre fabricantes, ainda que dentro das normas técnicas, podem comprometer o acoplamento, a vedação e o desempenho do sistema, gerando vazamentos, retrabalho e aumento de custos de manutenção.

5.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da natureza contínua e imprevisível da demanda, permitindo aquisições parceladas conforme a necessidade, evitando desabastecimento ou excesso de estoque, além de proporcionar maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

5.6. Dessa forma, a solução adotada revela-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, pois assegura maior aderência à demanda real, melhora a eficiência das equipes de manutenção, reduz falhas operacionais e contribui para a adequada conservação do patrimônio público, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público.

### **III.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

#### **6. Do Estudo Técnico Preliminar**

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, que será publicado ao final do processo. **Referida solução consiste na realização de procedimento licitatório para registro de preços, com aquisição parcelada de materiais hidráulicos, organizados por lotes, visando assegurar o fornecimento contínuo para manutenção preventiva e corretiva das instalações hidráulicas das unidades da FUTEL.**

6.2. Foram consideradas alternativas de mercado, concluindo-se pela adoção do modelo por lotes como o mais vantajoso técnica e economicamente. Ademais, foram identificados riscos relacionados à descontinuidade de fornecimento, incompatibilidade entre materiais e falhas operacionais, os quais são mitigados pela padronização dos itens, pela exigência de qualidade mínima e pelo planejamento da contratação.

6.3. A análise preliminar de riscos da contratação foi realizada em formulário próprio, nos termos da Orientação Técnica da Controladoria-Geral do Município, tendo sido classificada como de baixo risco. Dessa forma, não se verificou a necessidade de elaboração de análise aprofundada, sendo considerados suficientes os controles administrativos e mecanismos de acompanhamento e fiscalização previstos neste Termo de Referência e na execução contratual.

#### IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 7. Da Sustentabilidade

7.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no Estudo Técnico Preliminar como requisitos da contratação previsto em lei, **devendo ser observados em todas as fases da contratação, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.**

7.2. O presente Termo de Referência encontra-se alinhado ao Plano de Contratações Anual (PCA), ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) e ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da Administração, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022 e do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, os quais orientam a incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas.

7.3. Nesse contexto, a contratação deverá observar práticas que promovam a sustentabilidade nas dimensões econômica, ambiental e operacional, incluindo:

- I – fornecimento de materiais hidráulicos em conformidade com normas técnicas e ambientais vigentes, priorizando produtos com maior durabilidade, qualidade e eficiência;
- II – padronização dos materiais, especialmente mediante a organização em lotes e a exigência de fornecimento de tubos e conexões de mesma marca/fabricante, como medida de redução de desperdícios, retrabalho e perdas de recursos;
- III – incentivo à aquisição de produtos com maior vida útil, contribuindo para a diminuição da geração de resíduos e do consumo de insumos ao longo do tempo;
- IV – adoção de boas práticas logísticas e de acondicionamento, visando minimizar danos aos materiais, desperdícios e impactos ambientais decorrentes do transporte;
- V – observância, pela contratada, das normas relativas à gestão ambiental e à destinação adequada de resíduos eventualmente gerados sob sua responsabilidade, especialmente embalagens e materiais inservíveis;
- VI – alinhamento da execução do objeto às diretrizes institucionais de sustentabilidade, com acompanhamento e fiscalização pela Administração quanto ao uso racional dos materiais e à redução de desperdícios.

**7.4. Dessa forma, a presente contratação incorpora práticas de sustentabilidade como regra, em conformidade com os instrumentos de planejamento e governança da Administração, contribuindo para a eficiência do gasto público e para a promoção do desenvolvimento sustentável.**

## **8. Da exclusividade de participação de ME e EPP**

8.1. Na presente licitação os lotes II e III serão exclusivos para participação de empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, tendo em vista o enquadramento no art. 48, inciso III da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo o lote I destinado a ampla concorrência, pois o valor do lote I supera o limite legal e os itens agrupados neste lote não podem ser fracionados, conforme justificativa de não parcelamento no tópico correspondente, além de se enquadrar na hipótese no inciso III (parte final), do artigo 49, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, por isso não terá reserva de cotas e por não se enquadrar na hipótese do artigo 48, inciso III, da referida Lei Complementar.

8.1.1. A destinação do Lote I à ampla concorrência justifica-se em razão de suas características técnicas e operacionais, especialmente por se tratar de conjunto de itens interdependentes (tubos e conexões hidráulicas), cuja adequada execução exige padronização por marca/fabricante, conforme demonstrado em parecer técnico emitido pelo Bombeiro Hidráulico da Fundação. Tal condição restringe a possibilidade de fracionamento ou aplicação de cotas, sob pena de comprometer a compatibilidade dimensional, a vedação e o desempenho do sistema hidráulico, podendo acarretar falhas operacionais, retrabalhos e prejuízos à Administração.

8.1.2. Adicionalmente, considerando o vulto, a complexidade do lote e a necessidade de fornecimento integrado e padronizado, entende-se que a ampliação da competitividade, por meio da ampla concorrência, mostra-se mais vantajosa ao interesse público, permitindo a participação de empresas com maior capacidade técnica e logística para atendimento integral das exigências contratuais.

8.1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço estimado no instrumento convocatório.

8.1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**8.2. A presente licitação será realizada pelo sistema de registro de preços. Ressalta-se, ainda, que não será adotada a reserva de cotas prevista no art. 48, inciso III da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, também em razão das limitações operacionais do Sistema ComprasGov, conforme orientado no Ofício Circular nº 10/2025/DC/SMA e na resposta à consulta realizada ao suporte nº 9085614 enviado por e-mail à esta Diretoria de Compras aos 14/06/2024. Tal entendimento fundamenta-se na necessidade de padronização, homogeneidade, eficiência operacional, agilidade processual e observância ao princípio da impessoalidade.**

## **9. Da participação de consórcios**

9.1. A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Uberlândia coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada à ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de produtos se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, conseqüentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

**9.2. Dessa forma, a admissão de consórcios não se revela necessária nem vantajosa, uma vez que a participação individual dos licitantes é suficiente para assegurar a ampla competitividade do certame, a regular disputa e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.**

## **10. Da participação de cooperativas**

10.1. Será permitida a participação de Sociedades Cooperativas, e serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no tópico de Habilitação Jurídica deste Termo.

## **11. Da subcontratação**

11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **12. Garantia de contratação**

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **V.MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **13. Condições de entrega**

13.1. O prazo de entrega dos bens é de **10 (dez) dias corridos**, contados da emissão da nota de empenho ou assinatura da ordem de fornecimento, em remessa única na localização seguinte: **Almoxarifado do Parque do Sabiá, localizado na Rua Haia, s/n, bairro Tibery, Uberlândia/MG, Cep: 38.405-112, salvo indicação expressa em contrário na Nota de Empenho.**

**13.2. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar formalmente à Administração, as razões do impedimento com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.**

**13.3. Recebimento e Substituição dos Produtos com vícios e defeitos**

**13.3.1. Será solicitada a troca no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem qualquer ônus à contratante de produto que apresentar vícios ou defeitos, garantindo a entrega do item dentro dos padrões de qualidade, segurança e especificação contratual/ata.**

**14. Garantia, manutenção e assistência técnica**

**14.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido no art. 26 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).**

**14.2. A contratação não exige a prestação de assistência técnica nem a realização de manutenção periódica, sendo aplicáveis apenas às garantias legais relativas a vícios ou defeitos dos produtos. A substituição dos produtos com defeito, bem como todos os custos a ela associados, será de responsabilidade exclusiva da contratada.**

**14.3. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.**

**14.3.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.**

**14.3.2. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.**

**14.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens, conforme o caso, que apresentarem vício ou defeito no prazo de até no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** contados a partir da data de retirada do material das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada, conforme o caso.**

**14.4.1. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar **material equivalente**, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos, conforme o caso.**

**14.4.2. Decorrido o prazo para substituição dos produtos que apresentarem vício, defeito ou não conformidade, sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativa aceita pela Administração, fica o Contratante autorizado a adquirir os produtos de fornecedor diverso, para atendimento de sua necessidade imediata, bem como a exigir do Contratado o ressarcimento dos custos correspondentes, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.**



14.5. A garantia legal ou contratual tem prazo de vigência próprio, nos termos da legislação vigente, independente da vigência contratual, não afastando a responsabilidade da contratada por eventuais vícios ocultos, falhas de desempenho ou inconformidades técnicas identificadas durante o período de garantia, bem como a possibilidade de aplicação das penalidades administrativas cabíveis em caso de descumprimento das condições de fornecimento, ainda que constatado após o encerramento do contrato ou da respectiva ata.

## **VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

15. O modelo de gestão do contrato está detalhado na MINUTA DE CONTRATO ou, quando a formalização do contrato se der por instrumento equivalente (dispensa de contrato, no APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO.

## **VII. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO**

### **16. Forma de seleção**

16.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento LICITATÓRIO, em SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

16.2. O enquadramento da contratação no Sistema de Registro de Preços – SRP justifica-se pela incidência dos incisos I, II (parte inicial) e IV do art. 70 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, bem como pelo disposto nos arts. 82 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme fundamentação constante da justificativa da opção pela utilização do SRP, descrita no Estudo Técnico Preliminar.

16.3. Não será aberto o procedimento público de Intenção de Registro de Preços previsto no art. 71, inciso I bem como o convite previsto em seu §2º do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, pois **esta Fundação não possui estrutura administrativa necessária para o gerenciamento do processo, sobretudo porque não dispõe de sistema de controle - atualmente feito de forma manual e por número reduzido de servidores - o que inviabilizaria o acompanhamento adequado dos contratos decorrentes. Ademais, a possibilidade de participação e/ou adesões posteriores compromete o equilíbrio econômico e operacional da contratação, podendo gerar sobrecarga ao fornecedor, aumentar os riscos de inadimplência e dificultar o cumprimento das condições inicialmente pactuadas. Ressalte-se, ainda, que tal vedação visa cumprir o planejamento original da contratação, garantindo a previsibilidade e a adequada gestão dos recursos públicos.**

16.4. Pelos motivos expostos no subitem anterior, devidamente justificados, não serão admitidas adesões posteriores ao processo.

### **17. Justificativa de não parcelamento e aglutinação do objeto**

17.1. Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, a Administração avaliou a possibilidade de parcelamento do objeto, tendo o Estudo Técnico Preliminar concluído pela inviabilidade técnica e econômica da contratação por itens isolados, em razão da



interdependência funcional entre os materiais hidráulicos, especialmente tubos e conexões, que exigem compatibilidade dimensional e padronização para adequado desempenho do sistema, bem como dos riscos de falhas de vedação, vazamentos e retrabalho decorrentes da utilização de componentes de diferentes fabricantes, além do aumento da complexidade logística, da gestão contratual e dos custos operacionais.

17.2. O processo licitatório será estruturado em 03 (três) lotes, conforme a natureza e a finalidade dos materiais, sendo:

- I – Material hidráulico para água fria;
- II – Material hidráulico para esgoto;
- III – Materiais auxiliares.

17.2.1. A divisão em lotes foi realizada de acordo com o tipo de uso dos materiais hidráulicos, agrupando itens com características técnicas e aplicações semelhantes, de modo a garantir maior eficiência na contratação e na execução dos serviços.

17.2.2. Para os lotes I e II (água fria e esgoto), será exigido que o licitante apresente, em sua proposta, produtos de uma mesma marca/fabricante para todos os itens que compõem cada lote, com o objetivo de assegurar a compatibilidade técnica entre tubos, conexões e demais componentes.

17.3. Destaca-se que, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, não se admite a exigência de marca específica, salvo hipóteses excepcionais. Contudo, é juridicamente admissível a exigência de compatibilidade técnica e padronização, especialmente quando necessária ao adequado desempenho do objeto. Assim, a exigência de fornecimento de itens de uma mesma marca dentro de cada lote não configura direcionamento, mas sim requisito técnico indispensável, nos termos do art. 41, §1º, da referida lei.

17.3.1. Tal medida justifica-se pelo fato de que os sistemas hidráulicos são compostos por elementos interdependentes, cujas dimensões e tolerâncias devem observar rigorosa padronização, conforme normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT (NBR 5648, NBR 5688, entre outras). Ainda que tais normas estabeleçam parâmetros mínimos, diferentes fabricantes podem adotar variações dimensionais dentro das tolerâncias permitidas, o que pode ocasionar incompatibilidades no acoplamento entre tubos e conexões de marcas distintas.

17.3.2. Assim, a utilização de componentes de fabricantes diversos pode resultar em folgas, encaixes inadequados ou esforços excessivos nas junções, comprometendo a vedação, favorecendo vazamentos e reduzindo a vida útil do sistema, além de gerar aumento de custos com manutenção corretiva e riscos à integridade das instalações.

17.4. Os lotes I, II e III representa a aglutinação de diversos itens do objeto e adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote, nos termos do art. 40, §3º, incisos I, II, da Lei nº 14.133/2021, revela-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, uma vez que o parcelamento comprometeria a compatibilidade técnica entre os componentes hidráulicos, prejudicaria a padronização dos materiais, elevaria os custos operacionais e aumentaria os riscos de falhas no sistema, indo de encontro aos objetivos de durabilidade, segurança operacional e eficiência na manutenção das instalações.

## **VIII. Critérios de aceitabilidade e julgamento da proposta**

17.5. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com quaisquer itens isolados acima do orçamento estimado após todas as etapas de negociação.

**17.5.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério do menor preço por lote, observada a modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, sendo desclassificadas as propostas cujo valor total do lote permaneça superior ao orçamento estimado da Administração, após encerradas todas as etapas de lances e de eventual negociação conduzida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nos termos da legislação aplicável.**

**17.5.2. A adoção do julgamento pelo menor preço por lote justifica-se pela necessidade de assegurar a compatibilidade técnica, padronização e uniformidade dos materiais hidráulicos, especialmente no que se refere aos itens interdependentes, como tubos e conexões, cuja utilização conjunta exige que apresentem características dimensionais e funcionais homogêneas, garantindo adequado acoplamento, vedação e desempenho dos sistemas hidráulicos.**

17.6. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar em cada lote deverá, quando formalmente solicitada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, apresentar proposta comercial ajustada ao valor final do lote, acompanhada das respectivas fichas técnicas, laudos, registros e/ou certificados exigidos neste Termo de Referência para cada item que compõe o lote, destinados a comprovar, de forma inequívoca, a conformidade dos materiais ofertados com as especificações técnicas estabelecidas.

17.7. A não apresentação, no prazo e forma estabelecidos, das fichas técnicas, laudos, certificados ou demais documentos exigidos, bem como a apresentação de documentação que não comprove o atendimento às especificações técnicas, aos requisitos de qualidade ou à padronização estabelecida neste Termo de Referência, implicará a desclassificação da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**17.8. A exigência de apresentação da documentação técnica após a fase de julgamento tem por finalidade assegurar a verificação objetiva da qualidade e da conformidade técnica dos materiais hidráulicos, evitar o fornecimento de itens incompatíveis entre si, especialmente no que se refere a tubos e conexões, e garantir a seleção da proposta globalmente mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, isonomia e julgamento objetivo.**

## **18. Requisitos de Qualidade, Conformidade Técnica e Documentação do Produto**

**18.1. Serão exigidos, para os itens agrupados em cada lote da contratação, documentos que comprovem a qualidade e a conformidade técnica dos materiais hidráulicos ofertados, conforme a seguir:**

**I – comprovação de atendimento às normas técnicas aplicáveis, especialmente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), tais como NBR 5648, NBR 5688 e demais correlatas, conforme o tipo de material;**

**II – apresentação de catálogo técnico, ficha técnica ou documento equivalente do fabricante, contendo especificações detalhadas dos produtos ofertados, de modo a permitir a verificação de suas características, dimensões, materiais de fabricação e desempenho;**

**III – poderão ser apresentados certificados de qualidade ou conformidade, emitidos por organismos acreditados, tais como INMETRO, ABNT, PBQP-H ou equivalentes, quando existentes para o produto, não sendo tal exigência obrigatória para todos os itens, de forma a não restringir a competitividade.**

**18.2. A exigência registros/certificados tem por finalidade assegurar a adequada verificação da conformidade dos materiais, garantir a compatibilidade entre os componentes hidráulicos e evitar o fornecimento de produtos inadequados, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e julgamento objetivo, nos termos do artigo 42, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021**

#### **IX.Exigências de habilitação**

18.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante atender aos itens a seguir.

18.4. Em caso de contratação de ME ou EPP cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, a licitante deverá, nos moldes e prazos estabelecidos na Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inciso II, da mesma Lei.

#### **19. Habilitação jurídica**

19.1. Tendo em vista o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, os documentos de habilitação que não forem mencionados neste documento serão dispensados, considerando-se a complexidade do objeto e/ou a análise de risco.

19.2. Declaração de que atende aos requisitos do edital ou do aviso de contratação direta;

19.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.3.1. Nas licitações realizadas pelo ComprasGov, a declaração será prestada por registro no sistema; nos demais casos, deverá ser apresentada por meio de documento próprio.

19.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso, bem como o documento de habilitação jurídica conforme orientação dos itens a seguir;

19.4.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

19.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.4.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

19.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.4.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

19.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

19.4.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, que demonstre a constituição e o funcionamento da cooperativa com observância das regras estabelecidas da legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar Federal nº 130, de 17 de abril de 2009, acompanhada do registro de que trata, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

19.4.8.1. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017:

19.4.8.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei Federal nº 5.764, de 1971;

19.4.8.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

19.4.8.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

19.4.8.1.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

19.4.8.1.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; b) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; c) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

19.4.8.1.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

19.4.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

19.4.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

19.4.11. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....

19.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **20. Habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária**

20.1. Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

20.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, conforme art. 195, §3º da CRFB/1988;

20.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

20.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

20.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

20.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

20.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

20.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

20.9. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 68, inciso VI Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade.

20.10. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 63, inciso IV c/c art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

20.11. Em caso de contratação custeada por recursos originados de transferências voluntárias da União, serão observados todos os requisitos das Instruções Normativas nº 116, de 2021 e 73, de 2022.

## **21. Qualificação Econômico-Financeira**

**21.1. Serão exigidos, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, os documentos previstos na legislação vigente, destinados à verificação da capacidade da licitante de cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, incluindo, quando cabível, certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas relativas à falência, recuperação judicial ou extrajudicial e execuções patrimoniais.**

**21.1.1. A exigência de apresentação de Balanço Patrimonial aplicar-se-á exclusivamente ao Lote I, destinado à ampla concorrência, como medida de aferição da capacidade econômico-financeira compatível com a complexidade e o vulto da contratação, nas condições das cláusulas 21.7 e seguintes deste instrumento.**

**21.1.2. Para os Lotes II e III, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, não será exigida a apresentação de balanço Patrimonial, em observância ao tratamento diferenciado e favorecido assegurado pela legislação aplicável, visando à ampliação da competitividade e ao incentivo à participação desse segmento, portanto será exigida os documentos listados abaixo até o item 21.5:**

21.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, conforme art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021, ou de sociedade simples.

21.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

21.4. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, nos termos da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

21.5. Se o licitante não for sediado no Estado de Minas Gerais, as certidões deverão vir acompanhadas de comprovação de que a certidão emitida contempla as ações relativas a falências, recuperação judicial e execução patrimonial.

21.6. A justificativa para a exigência dos documentos de qualificação econômico-financeira acima é **fundamenta-se na necessidade de se comprovar a saúde financeira e a capacidade econômico-financeira da empresa, tendo em vista que o objeto da contratação envolve o fornecimento contínuo e parcelado de materiais hidráulicos, essenciais à manutenção das instalações da FUTEL, mitigando riscos de inadimplemento e de descontinuidade do serviço, em observância aos princípios da eficiência, da segurança jurídica e da proteção do interesse público, sem prejuízo da ampla competitividade do certame.**

21.7. Para lote I destinado à ampla concorrência será exigido, Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

21.7.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo limitado a 10% do valor total estimado da contratação.

21.7.2. O balanço patrimonial deverá estar devidamente autenticado por meio do código presente no recibo de entrega e nas demais demonstrações contábeis emitidas pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, de acordo com Instrução Normativa nº 2003 de 18 de janeiro de 2021, ou a que vier a substituí-la.

21.8. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

21.9. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

21.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



21.11. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **X.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

21.12. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento vigente, referente ao exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 14.651, de 17 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município em 17 de dezembro de 2025, Edição Suplementar nº 7.254-A, página 138 a 140.

21.13. Por se tratar de procedimento para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária somente será exigida no momento da formalização da contratação, com vinculação de orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual - LOA do exercício financeiro correspondente à efetivação da contratação pelo órgão contratante, nos termos do artigo 77 do Decreto Municipal n. 20.154/2023.

Uberlândia-MG, 08 de abril de 2026.

---

**Ramon Tadeu Carvalho Bucci**

DIRETOR / DAM-15 - Mat. 1019-7

Diretoria Relações Institucionais - FUTEL

---

**Edson Cezar Zanatta**

Diretor Geral da Futel



## APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

### 1. Da formalização da contratação

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **10 (dez) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.1.1. Em caso de inobservância do prazo estipulado o licitante incorrerá nas penas de descumprimento total da obrigação assumida previstas no art. 90, *caput* e seu parágrafo 5º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. Referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

1.4. A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital ou Aviso de Dispensa, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância previsto no Apêndice II.

1.5. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

### 2. Vigência e Prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### 3. Do Reajuste Contratual

3.1. O preço definido no instrumento contratual será fixo e irrevogável pelo período de (um) ano, contados da data da consolidação do orçamento estimado ou da data da alteração de sua data-base.

3.1.1. A data-base para a contagem do prazo de reajuste é a data da consolidação do orçamento estimado definida no subitem nº 2.1.1 do Termo de Referência.

3.2. É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, após 1 (um) ano da data da consolidação do orçamento estimado ou da data de alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, devendo o pedido ser formulado antes do advento da data base referente ao reajuste subsequente, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida.

3.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

3.3.1. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

3.3.2. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

3.3.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

3.5. Os efeitos financeiros do reajuste em sentido estrito serão devidos a partir da solicitação da contratada;

3.6. Caso a solicitação seja feita no prazo de até 30 (trinta) dias após o advento da data base, ou seja, do fato gerador do direito ao reajuste, os efeitos financeiros retroagirão à data do fato gerador ao direito.

3.7. Não serão considerados e/ou admitidos pedidos de reajuste protocolados antes da implementação da data base, ou seja, do fato gerador do direito ao reajuste.

3.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros da data base do reajuste anterior.

3.9. Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de concessão do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

3.10. A Contratada poderá solicitar o reajuste a qualquer tempo durante a vigência do contrato, até a data da prorrogação de sua vigência, observado o disposto no subitem nº 3.2 deste instrumento.

3.11. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste e/ou reequilíbrio solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

3.12. Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo ou sem qualquer ressalva quanto à posterior análise do reajuste pela Administração, ocorrerá a preclusão do direito.

#### **4. Subcontratação**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência que instruiu o processo de contratação.

#### **5. Obrigações das partes**

5.1. Além das obrigações específicas eventualmente previstas no Termo de Referência, as partes deverão se submeter às seguintes obrigações gerais.

##### **5.2. São obrigações do Contratante:**

5.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência, Edital e seus anexos;

5.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

5.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

5.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

5.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

5.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no edital e seus anexos;

5.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, edital e seus anexos;

5.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

5.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

5.2.10. Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, fixado no art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, caso não haja disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;

5.2.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

5.2.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **5.3. Obrigações do contratado**

5.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.3.2. Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

5.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

5.3.4. Comunicar ao contratante, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;

5.3.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

5.3.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.3.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.3.8. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

5.3.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que atestem a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, conforme rol de requisitos de habilitação previstos no processo de origem da contratação, sendo: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, se for o caso; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio

ou sede do contratado, se for o caso; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, se for o caso; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, se for o caso;

5.3.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

5.3.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

5.3.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

5.3.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

5.3.14. Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

5.3.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.3.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

5.3.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

5.3.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, se for o caso;

5.3.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;

5.3.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

5.3.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

5.3.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

5.3.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

5.3.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

5.3.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

5.3.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **6. Garantia de contratação**

6.1. Se houver previsão de garantia de contratação no Termo de Referência, além das disposições ali previstas, deverão ser observadas as disposições a seguir.

6.2. Caso ocorra modificação de quantitativos com reflexos financeiros, bem como reequilíbrio do contrato e eventuais prorrogações com renovação contratual, a garantia deverá ser complementada ou reduzida, de acordo com o reflexo financeiro do valor contratual total após a modificação.

6.3. No caso de opção por seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, observada a regra do art. 96, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

6.3.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

6.3.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.3.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

6.3.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

6.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

6.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

6.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

6.7. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

6.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

6.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

6.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

6.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

6.9. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

6.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.12. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas

contratuais.

6.13. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

6.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

6.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

6.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

6.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

6.19. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7.1. Orientações Iniciais**

7.1.1. Além do previsto neste termo, os procedimentos a serem adotados nos processos de liquidação e pagamento deverão observar o disposto na Portaria Conjunta SMF/CGM nº 19, de 13 de setembro de 2023.

### **7.2. Recebimento do Objeto**

7.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega,



juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3. O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.2.3.1. Nos termos dos arts. 12 e 14 da Instrução Normativa SMF nº 01, de 09 de janeiro de 2024, o órgão contratante (unidade gestora) deverá providenciar toda documentação necessária e atestar o cumprimento do objeto contratual, mediante requisição de liquidação, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, a fim de que a Secretaria Municipal de Finanças adote os trâmites finais para liquidação da despesa, em até 2 (dois) dias úteis.

7.2.4. Para os itens de contratação cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será reduzido pela metade.

7.2.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem, estabelecidas nas normas de execução, correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **7.3. Liquidação**

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 125, § 4º do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

7.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.3.5. Haverá retenção na fonte do imposto de renda – IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, inclusive no que se refere às isenções.

7.3.6. As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

7.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.3.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.3.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.3.10. Constatando-se, junto ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.3.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à aplicação das sanções administrativas cabíveis e, se for o caso, a rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.3.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **7.4. Prazo de pagamento**

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa e consequente assinatura da ordem de pagamento pela autoridade competente, conforme seção anterior, nos termos do art. 125, inciso II do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

7.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.4.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

I – Índice de Compensação Financeira, capitalizado diariamente em regime de juros simples, à taxa nominal de 6,0% (seis por cento) ao ano, ou de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Cálculo do parâmetro “I”

$$I = (TX/100) / 365 = (6/100) / 365 = 0,00016438.$$

TX = 6,0% a.a.

VP = Valor do pagamento, ou da parcela em atraso.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

#### **7.5. Forma de pagamento**

7.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista nas legislações aplicáveis e conforme previsto neste documento.

7.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.5. Não serão retidos os valores correspondentes ao IR, conforme hipóteses do art. 4º, IN 1.234/2012.

#### **8. Da cessão de crédito**

8.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.2. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

## **9. Do modelo de gestão do contrato**

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou emissão do instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo(s) gestor(es) e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados conforme o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023.

**I. Gestor - Ramon Tadeu Carvalho Bucci, matrícula: 1019-7, Diretor DAM-15 - titular; Danilo Eduardo Fonseca Souza, matrícula: 1219-0, Oficial Administrativo - suplente do gestor.**

**II. Fiscal - Diogo Pereira dos Santos, Bombeiro Hidráulico, matrícula nº 1113-4 - titular; Murilo Pereira de Lima, Bombeiro Hidráulico, matrícula nº 1166-5 - suplente do Fiscal.**

9.7. A fiscalização (administrativa e/ou técnica) de que trata o modelo de gestão do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **10. Da Fiscalização**

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, com observância das competências traçadas no art. 23

do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, e demais disposições deste instrumento.

10.2. A fiscalização técnica e administrativa poderá ser centralizada em único servidor ou dividida, a interesse do órgão contratante, devendo, neste último caso, constar delimitação de competências no ato de designação.

## **11. Fiscalização Técnica**

11.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

## **12. Fiscalização Administrativa**

12.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **13. Gestão contratual**

13.1. Cabe ao gestor do contrato:

13.1.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações

contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.1.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.1.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.1.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.1.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.1.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.1.7. enviar a documentação pertinente ao competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13.1.8. Observar as demais competências estabelecidas no art. 22 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, aplicáveis à contratação.

#### **14. Da Cláusula Anticorrupção**

14.1. A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, dentre elas, a Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019 e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

14.2. As Partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética, honesta e transparente na execução do objeto do presente instrumento.

14.3. A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

14.3.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou



direcionar negócios ilicitamente;

14.3.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;

14.3.3. Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil, salvo as exceções legalmente admitidas;

14.3.4. Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas de integridade da CONTRATANTE.

14.4. A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados.

## **15. Obrigações pertinentes à LGPD**

15.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

## **16. Das infrações e sanções administrativas**

16.1. Caracteriza infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

16.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



16.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, por qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente a licitações e contratações públicas.

16.3. Na aplicação das sanções, além das disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverão ser observados os procedimentos dispostos no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

16.4. Aplica-se o disposto, sobre infrações administrativas, às licitações, às contratações diretas e procedimentos auxiliares, naquilo que for aplicável.

16.5. Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

16.6. Aplica-se o disposto neste item às licitações, contratações diretas e procedimentos auxiliares, naquilo que for aplicável.

16.7. Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

16.7.1. advertência;

16.7.2. multa;

16.7.3. impedimento de licitar e contratar;

16.7.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.8. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- 16.8.1. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na entrega de produto, serviços e etapas de obras, e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;
- 16.8.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, e situações de natureza correlatas, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 16.8.3. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração Pública.
- 16.9. O licitante ou contratado que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas editalícias ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:
- 16.9.1. Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- 16.9.1.1. A aplicação de multa moratória não impedirá que a autoridade julgadora, mediante ato motivado, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste termo.
- 16.9.2. Multa administrativa/compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente.
- 16.9.3. Multa administrativa/compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, nos casos seguintes:
- 16.9.3.1. Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- 16.9.3.2. Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela administração;
- 16.9.3.3. Tumultuar a sessão pública da licitação;
- 16.9.3.4. Descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

- 16.9.3.5. Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- 16.9.3.6. Deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores do município, dentro do prazo concedido pela administração pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo respectivo órgão ou entidade da administração pública municipal;
- 16.9.3.7. Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da lei complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;
- 16.9.3.8. Propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório; e
- 16.9.3.9. Outras situações de natureza correlatas.
- 16.9.4. Multa administrativa/compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
- 16.9.4.1. Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- 16.9.4.2. Permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- 16.9.4.3. Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração pública municipal, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- 16.9.4.4. Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- 16.9.4.5. Não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- 16.9.4.6. Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- 16.9.4.7. Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- 16.9.4.8. Tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- 16.9.4.9. Deixar de fornecer equipamento de proteção individual - epi, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- 16.9.4.10. Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração pública municipal;

- 16.9.4.11. Deixar de repor funcionários faltosos;
- 16.9.4.12. Deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- 16.9.4.13. Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- 16.9.4.14. Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- 16.9.4.15. Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- 16.9.4.16. Outras situações de natureza correlatas.
- 16.9.5. Multa administrativa/compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- 16.9.5.1. No caso de prestações continuadas, a multa prevista nesta hipótese será calculada sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida.
- 16.9.6. Multa administrativa/compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata de Registro de Preços, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.
- 16.9.7. A multa deverá ser recolhida administrativamente no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do envio da notificação do órgão sancionador.
- 16.9.8. Os débitos do Contratado para com a Contratante, resultantes das hipóteses de multa previstas neste instrumento, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora.
- 16.9.9. O pedido de compensação poderá ser formalizado pelo interessado, sem prejuízo da possibilidade de a Administração fazê-lo de ofício, acompanhado da relação dos contratos vigentes que serão objeto de compensação do valor do débito pretendido, e submetido à análise do órgão ou entidade contratante, que, deferindo o pedido, terá caráter definitivo.
- 16.9.10. Na hipótese de deixar o licitante ou contratado de pagar a multa aplicada a tempo e o modo devidos, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:
- 16.9.10.1. Se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o licitante ou contratado pela sua diferença, devidamente

atualizada monetariamente e acrescida de juros e encargos legais, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

16.9.10.2. Inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

16.9.10.3. Impossibilitado o desconto a que se refere o inciso II do caput deste artigo, será o crédito correspondente inscrito em dívida ativa.

16.9.11. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente motivadas no ato do respectivo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal contratante.

16.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

16.10.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.10.1.2. der causa à inexecução total do contrato;

16.10.1.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.10.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.10.1.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.10.1.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.10.1.7. outras situações de natureza correlatas.

16.10.2. Considera-se inexecução total do contrato:

16.10.2.1. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; ou

16.10.2.2. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública.

16.10.3. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual, o adjudicatário ou contratado será notificado para apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação ou ciência, a justificativa

para o descumprimento do contrato.

- 16.10.4. A justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação; e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, mediante ato motivado, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade superior competente.
- 16.10.5. Rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre o encaminhamento para a instauração do processo para a apuração de responsabilidade, salvo quando não for ele a autoridade instauradora e julgadora.
- 16.10.6. Preliminarmente ao encaminhamento à instauração do processo para a apuração de responsabilidade poderá a autoridade máxima do órgão ou entidade conceder prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da publicação ou da ciência, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.
- 16.10.7. A sanção impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Uberlândia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos a contar da sua inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.
- 16.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- 16.11.1.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 16.11.1.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.11.1.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 16.11.1.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.11.1.5. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 16.11.1.6. outras situações de natureza correlatas
- 16.11.2. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento aos órgãos de controle da Administração Pública competentes e, quando couber, à Controladoria-Geral do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.
- 16.11.3. A sanção de inidoneidade aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Uberlândia, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

16.12. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência se dará em processo administrativo sumaríssimo, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ciência.

16.13. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis da sanção de multa, ou advertência e multa, se dará em processo administrativo sumário, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação ou ciência.

16.14. A aplicação das sanções impedimento e inidoneidade, conforme o artigo 132 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o artigo 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou designada pela autoridade competente ou pela autoridade máxima do órgão ou entidade da Administração Pública do município de Uberlândia.

16.15. Instaurado o processo administrativo, a autoridade competente deverá emitir a notificação, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentarem defesa escrita, sendo facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para deliberação da Comissão e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

16.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, devendo-se observar as causas de interrupção e suspensão previstas no §4º do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 18.389, de 9 de dezembro de 2019.

16.19. É admitida a reabilitação do condenado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do art. 136 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

16.20. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

16.21. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

16.22. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

16.23. Na aplicação das penalidades serão observadas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme condições estabelecidas nos artigos 160 a 163 do Decreto Municipal nº 20.154/2023.

16.24. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o adjudicatário ou contratado infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante, sem afastamento da possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

16.25. A aplicação das sanções administrativas previstas em Lei não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.26. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ou outros que vierem a substituí-los, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, na forma do art. 178 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

16.27. As demais regras de sanção estão detalhadas nos artigos 129 a 177 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais legislações aplicáveis.

## **17. Casos Omissos**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **18. Foro**

18.1. Fica eleito o Foro deste Município de Uberlândia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



## **APÊNDICE II – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, XXXXXX [identificar o Contratado] declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no [Edital] OU [Aviso de Contratação Direta], no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº XXXX/20XX, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, XX de XXXXXX de 20XX .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)